

**TENREIRO, AMADOR E OS ANGOLARES OU A REINVENÇÃO DA HISTÓRIA
DA ILHA DE SÃO TOMÉ¹**

Gerhard Seibert²

Resumo: No século XVI, São Tomé tornou-se a primeira economia de plantação nos trópicos, baseada na monocultura do açúcar e no trabalho escravos. Desde o início da colonização, muitos escravos fugiram para o inacessível interior da ilha onde estabeleceram um quilombo. Os descendentes destes quilombolas em São Tomé são conhecidos por angolares. Além pelas fugas, os escravos também resistiram através de revoltas. A maior revolta de escravos em São Tomé, liderado por Amador, ocorreu em 1595. Em 1961, o geógrafo Francisco Tenreiro, negou a fuga e a revolta de escravos na sua monografia *A Ilha de São Tomé*, ainda hoje uma obra marcante sobre a ilha situada no Golfo da Guiné. A reinvenção da história por Tenreiro é explicável á luz do lusotropicalismo, então ideologia dominante do regime salazarista para justificar cientificamente a sua política colonialista, visto que orientou os trabalhos do geógrafo.

Palavras-chave: São Tomé. Francisco Tenreiro. Lusotropicalismo. Quilombolas. Revolta de escravos.

Abstract: In the 16th century São Tomé became the first plantation economy in the tropics, based on sugar and slave labour. From the beginning of colonization, slaves ran away into the island's inaccessible interior where they established a maroon community. Since the 19th century the descendants of these maroons have been known as Angolares. Apart from resisting by flight, the slaves also revolted against slavery. The greatest slave revolt in São Tomé, led by Amador, occurred in 1595. In 1961, the geographer Francisco Tenreiro denied the flight and revolt of slaves in his monograph *A Ilha de São Tomé*, still today an authoritative book on the island located in the Gulf of Guinea. Tenreiro's reinvention of history can be explained in the context of lusotropicalism, then the Salazarist regime's dominant ideology to justify scientifically its colonialist policies, since it guided the geographer's works.

Key-words: São Tomé. Francisco Tenreiro. Lusotropicalism. Maroons. Slave revolt.

¹ O texto baseia-se numa comunicação apresentada no colóquio internacional “As lições de Jill Dias. Antropologia, História, África e Academia”, que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, de 17 a 18 de fevereiro de 2011.

² Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE - IUL). Centro de Estudos Africanos (CEA), Lisboa, Portugal. E-mail: mailseibert@yahoo.com

Introdução

Desabitada na altura da sua descoberta por navegadores portugueses por volta de 1471, a ilha de São Tomé (859 km²) foi efetivamente povoada a partir de 1494, ano em se iniciou a colonização da ilha. Do continente vizinho os colonos resgataram escravos africanos como mão-de-obra, primeiro do Reino do Benim (atual Nigéria) e logo a seguir do Congo e de Angola. No início do século XVI, começou a produção de açúcar que, até ao declínio desta indústria a partir dos fins desse século, tornou São Tomé em uma economia de plantação com grandes plantações de cana-de-açúcar que possuíam entre 150 e 400 escravos. Estima-se que durante o auge da indústria de açúcar estiveram entre 9 000 e 12 000 escravos em São Tomé (GARFIELD, 1992: 80) enquanto o número dos europeus possivelmente nunca ultrapassou os 500 (CALDEIRA, 2008: 75). Desde o início da colonização, a fuga de escravos, individual ou em pequenos grupos, para o inacessível interior montanhoso da ilha era um fenómeno recorrente aumentando com o número de escravos trazidos do continente. Mais tarde, estes fujões, que constituíram um quilombo em São Tomé, seriam conhecidos por angolares. Uma outra forma de resistência dos escravos, de carácter colectivo, era a revolta. A maior insurreição de escravos agitou São Tomé em julho de 1595 quando cerca de 5.000 escravos revoltosos, liderados por Amador, enfrentaram as tropas do governador. A destruição das plantações ocorrida durante a revolta contribuiu para o declínio do açúcar em São Tomé. Nos anos de 1960, o geógrafo Francisco Tenreiro (1921-1963) nega a revolta e fuga dos escravos na sua monografia *A Ilha de São Tomé* apresentando uma outra história da escravatura no século XVI. Este artigo argumenta que a reinvenção da história de São Tomé por Tenreiro é explicável à luz das ideias do lusotropicalismo de Gilberto Freyre (1900-1987) que, abraçadas pelo Estado Novo (1933-1974) desde os anos de 1950, orientaram os trabalhos do geógrafo que se tinha comprometido com o regime salazarista.

Os angolares

A partir do início da colonização de São Tomé, a fuga dos escravos para o inacessível e montanhoso interior da ilha era um fenómeno recorrente. Escravos fugiram devido a maus

tratos, más condições de trabalho, a falta de alimentos ou simplesmente para se livrar do cativo. Grupos destes escravos auto-libertados, escondidos na densa floresta tropical da ilha, assaltavam frequentemente as plantações e ameaçavam a cidade. Em São Tomé a ameaça por estes fujões era tão grande que as autoridades locais se viam forçadas a criar unidades armadas para os perseguir e combater. Graças à densa floresta no montanhoso interior da ilha, os escravos fugidos conseguiram constituir um *quilombo* que existia num isolamento relativo até ao último quartel do século XIX. O seu isolamento era facilitado graças à inacessibilidade do seu terreno e ao declínio económico e demográfico da ilha durante os séculos XVII a XVIII (DIAS e DINIZ, 1988: 53).

Em São Tomé, os primeiros assaltos dos fujões às fazendas começaram na década de 1530. Naquela altura os agrupamentos dos fugitivos no interior da ilha eram conhecidos por macambos. Em 1533, as autoridades locais iniciaram uma guerra do mato contra os macambos, com milícias sob comando de um capitão do mato, um cargo existente até ao último quartel do século XVIII (CALDEIRA, 2004: 210). A maior incidência das fugas coincidiu com o auge da produção de açúcar nos meados do século XVI quando o número dos escravos nas plantações aumentara significativamente. Em 1574 os africanos do macambo atacaram a cidade, mas foram expulsos pelos moradores (HENRIQUES, 2000: 116). As fazendas mais isoladas foram abandonadas pelos colonos devido ao perigo de assaltos pelos fujões (SANTOS, 1996: 81). Apesar das expedições militares, os colonos não conseguiram recuprar as zonas no oeste e sul de São Tomé que ficaram inseguras devido à proximidade dos núcleos dos quilombolas (CALDEIRA, 2004: 113). Em 1693, o capitão de mato Mateus Pires realizou a última grande ação militar contra os fugitivos que frequentemente capturaram escravas nas plantações. Depois da sua derrota ficaram nos seus terrenos, onde alegadamente "nenhum estranho se aventurava a entrar, sob pena de não sair com vida" (ALMEIDA, 1962: 10). No século XVIII os fugitivos em São Tomé eram conhecidos por angolas ou angolis. No mesmo período emergiu pela primeira vez uma tradição oral, segunda a qual estes negros no interior da ilha teriam sido sobreviventes de um naufrágio de um negreiro vindo de Angola, à costa no sul de São Tomé, nos meados do século XVI.

A fonte mais antiga conhecida sobre o suposto naufrágio é de Pereira de Araújo e Azevedo, ouvidor-geral em São Tomé de 1712 a 1716, que relata nas suas *Memórias* que no interior da ilha "deserto de moradores, somente habitam alguns negros gentios que antigamente faziam muito dano às roças dando-lhes de noite assaltos, para roubarem e levarem mulheres,

que é o mais de que necessitam, porém, hoje já não fazem mal algum" acrescentando que "de que há tradição são estes procedidos de um navio que antigamente dera à costa naqueles praias" (ARAÚJO e AZEVEDO, 1978:7-8). Por volta de 1734 escreveu o crioulo Padre Manuel Rosário Pinto (ca. 1669- ca.1738), na sua conhecida crónica de São Tomé que cobre o período de 1471 a 1734:³

Dando a costa num navio de Angola, carregados de escravos em uma praia desta Ilha a Sudoeste, escapou maior parte dos escravos, e fizeram sua aldeia em Pico, e foram multiplicando de tal sorte, que sem receio com armas de frechas destruíram muitos engenhos, e no mesmo ano do falecimento do Bispo Dom Gaspar Cão (1574), vieram com resolução de tomar a cidade, tendo o capitão da ilha aviso, mandou soldados: estiveram com arcabuzes desbaratando-os os soldados e apelidando a vitória desanimaram os negros Angola de Pico, com alguma gente morta viraram-lhe as costas (AMBRÓSIO, 1970: 37; CALDEIRA, 2006: 66).

Negros gentios no interior de São Tomé chamados ‘angolas’ ou ‘angolis’ são referidos em mais três documentos dos fins do século XVIII (NEVES, 1989: 287, 293, 401-402, 408).

Foi o luso-brasileiro Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), militar português em São Tomé, de 1797 a 1814, e governador interino da ilha, de 1816 a 1817, quem divulgou a primeira informação impressa sobre os angolares no seu livro *Corographia Histórica das Ilhas de S.Thomé, Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó*, publicado postumamente em 1842. Cunha Matos possuía uma cópia do manuscrito de Rosário Pinto que tinha recebido de um padre em São Tomé (CALDEIRA, 2006: 34). Ele introduziu pela primeira vez a designação angolares e, baseada na crónica de Rosário Pinto, calculou a data do suposto naufrágio a entre 1540 e 1550. Sem citar a sua fonte Cunha Matos escreve que:

Não se sabe com individuação em que ano deu à costa o navio que nos fez presente dos angolares: dádiva daquele tempo desagradecida e agora muito estimada. É de presumir, que foi pelos anos de 1540 até 1550, visto que os filhos dos primeiros vindos acompanharam seus pais no ataque e roubo de muitos engenhos, no ano de 1574 (MATOS, 1916: 12).

³ O original encontra-se na Biblioteca de Ajuda em Lisboa: Códice 51-IX-24, fls. 1-71. Este manuscrito foi publicado integralmente pela primeira vez por António Ambrósio, em 1970, por ocasião do quinto centenário do descobrimento de São Tomé. Em 2006, Arlindo Caldeira publicou uma reedição deste manuscrito intitulado *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé. Manuel do Rosário Pinto* com uma introdução sobre a vida de Rosário Pinto e a lógica do conteúdo do manuscrito, assim como com muitas notas explicativas no texto.

No seu segundo livro *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África* o próprio Cunha Matos sugere que se trata duma lenda: “Diz-se que então naufragara nas costas do sul da ilha um navio que vinha de Angola carregado de escravos: Estes foram os ascendentes do povo a que hoje se dá o nome de angolares” (MATOS, 1963: 103). Não obstante disso, desde então a maioria dos autores seguiu a afirmação do naufrágio, sem que houvesse um documento histórico, provando a sua ocorrência.

Em 1844 Lopes de Lima, que tirou os seus dados de Cunha Matos, inventou o lugar exato do acidente alegando que “se salvaram a nado de um navio negreiro que naufragara junto à costa oriental, nos ilhéus de Sete Pedras, por volta de 1544” (LIMA, 1844: 8). Nota-se que segundo Rosário Pinto a tragédia ocorreu numa praia a sudoeste. Em 1882 apareceu pela primeira vez o número dos sobreviventes do naufrágio. No seu relatório daquele ano, o governador do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em São Tomé escreve:

Entregues a si mesmos desde que, naufragando nos rochedos chamados das sete pedras, em um navio vindo de Angola em 1540, ganharam a costa e se refugiaram nas matas; selvagens então, como deviam ser, acabando de sair dos sertões africanos,..O seu número, inferior a 200 por meados do século XVI, quando aqui chegaram, eleva-se hoje a cerca de 2.000 (NOGUEIRA, 1893: 36).

Em relação à sua língua, o cientista alemão Richard Greef defende na mesma altura que tinham mantido o kimbundu trazido de Angola, visto que “os números dos angolares geralmente concordam inteiramente àqueles desta língua” (GREEF, 1882: 377)⁴. O facto que, consoante a narrativa, a presença dos náufragos ficou desconhecida no seio dos moradores da ilha durante trinta anos, era explicado pelo seu refúgio no meio da densa floresta no sul da ilha, pelo seu número reduzido e pelo seu receio de serem descobertos (TENREIRO, 1961: 73; GONÇALVES, 1973: 78).

Em 1895, o administrador de concelho António Almada Negreiros⁵ afirma na sua obra *História Etnographica da Ilha de S.Thomé* que “os caracteres anatómicos e fisiológicos dos angolares denunciavam “um tipo antropológico inferior” e “próprio dos povos do interior da África”, com “extraordinário comprimento dos braços”, considerando-os por isso bem

⁴ (a minha tradução).

⁵ O pai do escritor e artista plástico português José de Almada Negreiros (1893-1970), que nasceu em São Tomé.

diferentes dos restantes grupos étnicos representados em São Tomé” (ALMEIDA, 1962: 8; NEGREIROS, 1895: 286).

Uns anos antes, em 1878, o relativo isolamento dos angolares tinha acabado quando o seu território no sul de São Tomé foi ocupado pelos portugueses no âmbito da expansão das roças de cacau. A ocupação trouxe estranhos ao seu território, enquanto os próprios angolares começaram a entrar em contato direto mais frequente com os outros grupos sociais da sociedade insular (GONÇALVES, 1973:79). A apropriação do seu território pelos roceiros não provocou graves conflitos, pois ela não resultou numa mudança radical da sua vida económica, principalmente dedicada à pesca (DIAS e DINIZ, 1988: 69).

Em 1950 e 1954 a Missão Antropobiológica de Angola e a Brigada de Etnosociologia respetivamente, ambas chefiadas pelo antropólogo físico português António de Almeida (1900-1984), um dos representantes da “Escola do Porto”, constituída em 1920 por António Augusto Mendes Correia (1888-1960), tentaram verificar a suposta origem dos angolares na base da antropologia, que naquela altura ainda era dominante em Portugal.

Confirmando Greef, Almeida afirmou que "o dialecto privativo dos angolares é o quimbundo". Depois de terem avaliados alguns elementos merísticos (a estatura e os índices cefálico, nasal e de Pignet), obtidos sobre uma prova de cem angolares, os investigadores chegaram à conclusão que se assemelhavam aos mussurongos, um povo que fala kikongo, vivendo na margem esquerda do rio Zaire, outrora parte do reino do Congo. Almeida (1962: 17) defendeu que apenas o estudo estatístico das várias dezenas de caracteres morfológicos da série dos cem angolares permitiria confirmar metricamente a sua hipótese, segundo a qual o idioma dos mussurongos naufragados no século XVI foi posteriormente suplantado pela língua da tribo dos angolas do interior de Luanda.

Ponderando as contribuições dos autores anteriores sobre os angolares, Castelo-Branco (1971: 158) chega a conclusão que

se pode dizer que as investigações antropológicas, etnológicas e filológicas não desmentem a versão tradicional sobre a origem dos angolares e até a confirmam de certo modo. A divergência apontada obriga-nos porém a encarar com reservas e cautela essas comprovações.

Todavia, até aos anos de 1970, a maioria dos autores continuou transmitir a história do naufrágio sem qualquer ponto de interrogação, aceitando a narrativa tradicional da origem dos angolares.

O linguista luso-sul-africano Luís Ferraz (1974:180), que, em 1969, fez trabalho de campo em São Tomé, foi o primeiro cientista que defendeu que os angolares são descendentes de escravos fugidos. Ferraz descobriu logo que não falam uma língua banto, como os antropólogos físicos tinham afirmado nos anos de 1950, mas um crioulo, a *lungwa ngola*, com uma relação distante com a *lungwa santome*, o crioulo dos forros, os nativos maioritários de São Tomé. Ferraz (1979:9) acredita que muitos dos quilombolas devem já ter tido algum conhecimento da *lungwa santome*, pois esta partilha 67 por cento do seu léxico com o crioulo dos angolares. Desde então a grande maioria dos investigadores, linguistas, historiadores, antropólogos e geneticistas, confirmaram a afirmação de Ferraz.⁶

Revolta de Amador

Além da fuga, a revolta era outra forma recorrente de resistência dos escravos. A maior revolta de escravos em São Tomé ocorreu em 1595 numa altura quando o declínio económico já tinha começado e a sociedade colonial estava enfraquecida por um dos recorrentes conflitos entre o governador e o bispo. A revolta foi liderada por Amador, ‘um cativo crioulo’, um escravo nascido em São Tomé. Sobre a sua revolta existem apenas dois documentos contemporâneos considerados fontes primárias. Ambos os relatórios foram escritos por contemporâneos dos acontecimentos, na perspectiva dos colonos brancos de São Tomé. O primeiro documento, em italiano, cujo original está no Arquivo do Vaticano, é anónimo e sem data e intitulado ‘*Relatione uenuta dall’ Isola di S.Tomé*’.⁷ Caldeira (2006: 277) acredita que “o original era quase de certeza o relato de um religioso italiano que esteve em São Tomé”. O segundo é um relatório da revolta, integrado no manuscrito do padre

⁶ Sobre as teorias concorrentes relativamente à origem dos angolares ver os artigos Gerhard Seibert, Os angolares da ilha de São Tomé: Naufragos, Autóctones ou Quilombolas?, 2004, *Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*. (12),1/2:43-64 e Gerhard Seibert, A Questão da Origem dos Angolares de São Tomé, 1998, *CEsA Brief Papers* no. 5, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) (<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2112>).

⁷ Fondo Confalonieri, vol. 33, fls. 372-372 v. Foi publicado pela primeira vez por António Brásio, na *Monumenta Missionária Africana* (MMA), em 1953, 521-523. Brásio datou o documento de 1595, contudo o original não é datado (Caldeira 2006:277).

Rosário Pinto, que foi deão da Sé e uma figura proeminente da sua época em São Tomé. O seu manuscrito integra um relatório anónimo contemporâneo da revolta do Amador a que Rosário Pinto aparentemente tinha acesso (CALDEIRA, 2006: 72). A descrição da revolta é mais pormenorizada no manuscrito de Rosário Pinto do que no documento do Vaticano, porém, as duas fontes não diferem significativamente na narrativa dos acontecimentos.

Conforme os dois documentos, a revolta começou em 9 de julho de 1595 com a matança de alguns brancos durante a missa na igreja da Trindade e terminou em 29 desse mês com a derrota e rendição dos escravos insurretos. O manuscrito de Rosário Pinto diz que Amador era escravo de Bernardo Vieira, enquanto o documento do Vaticano afirma que o nome do seu dono era Dom Fernando. Segundo Caldeira (2006: 73) esta afirmação pode ser uma confusão com o nome do então governador Fernando de Meneses. No início da revolta, Amador auto-proclamou-se “Capitão General de Guerra e Rei nomeado absoluto, com poder de dar liberdades a todos os cativos” (CALDEIRA, 2006: 75). A sua hostilidade era dirigida contra “todos os brancos e procedidos deles [mestiços]”, na altura os governantes e senhores da ilha (BRÁSIO, 1953: 521; CALDEIRA, 2006: 75). Durante as três semanas da insurreição, os escravos destruíram muitas plantações e engenhos de açúcar e houve, na cidade, três combates entre a tropa dos portugueses sob o comando do governador, que também integrava escravos, e os escravos revoltosos. Estes perderam as três batalhas contra as tropas portuguesas com baixas significativas. No segundo combate contra os moradores, em 14 de julho, os escravos revoltosos atacaram a cidade de quatro lados. Um destes grupos de atacantes foi comandado pelo “negro Cristóvão, por capitão dos negros Angola”⁸, provavelmente uma alusão aos escravos fujões no interior da ilha (CALDEIRA, 2006: 75).

A última batalha ocorreu em 28 de julho quando Amador atacou a cidade com um exército de 5 000 escravos, maior do que o dos colonos, mas muito inferiormente armado. Este número de escravos revoltosos correspondia a cerca da metade da população escrava em São Tomé naquela altura. Logo após a derrota dos amotinados, os principais comandantes de Amador foram presos e enforcados. Amador conseguiu fugir para um esconderijo, contudo, pouco depois foi traído, preso e executado e esquartejado em 14 de agosto de 1595.⁹ Durante a insurreição foram destruídos mais de sessenta engenhos de açúcar, enquanto apenas 25

⁸ O documento do Vaticano não se refere a negros Angola.

⁹ Segundo o documento do Vaticano (BRÁSIO, 1953: 523). Rosário Pinto não se refere a nenhuma data da morte de Amador.

ficaram intactos.¹⁰ A produção do açúcar em São Tomé e Príncipe nunca mais chegaria ao seu nível de antes da revolta. A insurreição acelerou o declínio da indústria açucareira que tinha começado por volta de 1580. Uma das principais causas do declínio do açúcar de São Tomé foi a emergência do açúcar do Brasil, onde a produção em grande escala começou por volta de 1533 e a qualidade do produto sempre era superior ao do de São Tomé, sobretudo devida ao grau da humidade nesta ilha.

O livro de Francisco José Tenreiro

Para explicar a existência dos angolares também o geógrafo Francisco Tenreiro (1961: 63) aceita a tradição oral do naufrágio na sua famosa monografia *A Ilha de São Tomé*. Baseando-se em Lopes de Lima, Tenreiro (1961: 70) confirma que

ao que parece,...eram negros que se salvaram a nado de um navio negreiro que naufragara junto à costa oriental, nos ilhéus de Sete Pedras, por volta de 1544, e que trinta anos mais tarde caíram sobre a cidade e os seus engenhos do nordeste, que pilharam.

Em relação à economia dos angolares, Tenreiro afirma que desde 1884 tinham sido expulsos das florestas, tinham-se começado a espalhar ao longo da zona costeira da ilha, tornando-se pescadores e marinheiros que, de canoa, transportavam cacau, café e bananas para a cidade (TENREIRO, 1961: 80, 120, 134). Sugere que, ao mesmo tempo, teriam entrado em contacto com a população maioritária forra no norte da ilha, iniciando um processo de aculturação. A asserção de Tenreiro sobre a transformação da economia dos angolares, porém, contradiz Almada Negreiros (1895: 294), uma das suas fontes do século XIX, que indica claramente que “viviam exclusivamente da pesca”. Então, na realidade, não houve nenhuma transformação radical da sua economia, como Tenreiro reclama.

Contudo, Tenreiro (1961: 73) vai mais longe quando afirma no seu livro que Amador teria sido o rei dos angolares: “De 1595 e 1596 esta [a ilha de São Tomé] chega mesmo de cair nas mãos dos angolares, chefiados pela figura, já lendária, de Amador.” Tenreiro não indica nenhuma fonte para a sua asserção. Contudo, como se pode verificar, não corresponde nem a fontes históricas disponíveis sobre a rebelião, nem ao conteúdo dos livros do século

¹⁰ Conforme o documento no Vaticano (CALDEIRA, 2006: 78. BRÁSIO, 1953: 523). O manuscrito de Rosário Pinto confirma a destruição de mais de setenta engenhos.

XIX que Tenreiro conhecia e utilizava para o seu livro. Como já referido, segundo Rosário Pinto, os angolares que, desde o início do século XVI, frequentemente assaltaram as plantações de açúcar, possivelmente participaram ao lado dos escravos revoltosos numa das três batalhas na cidade, mas Amador não era o rei deles nem era escravo fugitivo.

Nenhum dos autores do século XIX, que estão integrados na bibliografia de Tenreiro, relaciona Amador com os assaltos dos angolares, mas o apresentam correctamente como escravo e líder da maior revolta de escravos de São Tomé. Uma das fontes de Tenreiro era o livro de Cunha Matos de 1842. Contudo, o militar que se refere à “rebelião do negro Amador”, não liga Amador aos angolares. Em 1844, Lopes de Lima refere-se no seu livro à “revolta do negro Amador que ... consternou toda a ilha com os inumeráveis estragos por tão horrenda sedição ocasionados” (LIMA, 1844: XI). Almada Negreiros (1895: 61) diz na sua referida obra: “No meio d’este espectáculo tumultuoso, surgiu, no anno seguinte, o negro Amador, que se intitulou Rei de S.Thomé, arvorado em Atila furibundo, à frente dos da sua cor, revolucionando a ilha inteira, matando e saqueando furiosamente”.

De facto, Tenreiro não era o primeiro autor que associou Amador aos angolares, mas foi o seu livro influente que contribuiu muito para a divulgação deste mito. O primeiro autor que relacionou Amador com os angolares era Ernesto Vasconcellos que, em 1918, escreve no seu livro *S.Tomé e Príncipe. Estudo elementar de geografia física, economia e política* sobre “atrocidades dos angolares revoltados, sob o mando do negro Amador,..” (VASCONCELLOS, 1918: 9). Curiosamente, esta obra não se encontra na extensa bibliografia da monografia de Tenreiro. Daí, não se pode excluir completamente que uma tradição oral de Amador, rei dos angolares, já existia no seio da população em São Tomé.

Contudo, Tenreiro não nega apenas a revolta dos escravos de 1595, mas também completamente a fuga dos escravos em São Tomé. Ele menciona a guerra de mato do governo colonial contra os negros escondidos no interior da ilha, porém, relaciona essas campanhas militares com os angolares, na sua leitura, descendentes de sobreviventes dum naufrágio (TENREIRO, 1961: 71-73). Quanto à escravatura em São Tomé, Tenreiro (1961: 70) vai mais longe ainda quando conclui que, naquela altura, os africanos não teriam sido submetidos à escravidão pura, mas antes a um regime de servidão. O geógrafo não distingue entre escravos domésticos e escravos das plantações nem entre diferentes regimes de escravidão em épocas consecutivas em São Tomé. Ele simplesmente considera escravidão e servidão como graus diferentes de um mesmo fenómeno. Contudo, em inúmeros documentos históricos sobre São

Tomé abundam os relatos sobre escravos fugidos das plantações e insurreições de escravos, contrariando a tese do regime brando de servidão alegado por Tenreiro.¹¹ Nem sequer na sua época, a sua leitura da escravatura em São Tomé, foi partilhada por outros autores. Em 1958, Lains e Silva escreve sobre a ilha: “Com tal Inferno [das condições de trabalho nos engenhos] se não conformariam os escravos, que, fugindo dos engenhos, iam formar seus quilombos nas brenhas impenetráveis” (LAINS e SILVA, 1958: 78).

Do poeta da *Négritude* ao deputado da Assembleia Nacional salazarista

A negação das revoltas e fugas dos escravos e da própria escravatura em São Tomé por Tenreiro pode-se compreender melhor no contexto político e ideológico da época em que fez a sua carreira académica pessoal. Embora a obra de Tenreiro não contenha nenhuma referência direta à teoria do lusotropicalismo do sociólogo Gilberto Freyre, foi esta teoria que orientou os trabalhos no seu livro. Freyre reclamou que os portugueses tinham uma aptidão única para a mestiçagem racial e cultural com os povos nos trópicos. Desde a década de 1950 o lusotropicalismo foi muito aplaudido pelo regime do Estado Novo que o utilizou para legitimar cientificamente a sua política colonial que recusou categoricamente a descolonização dos territórios ultramarinos de Portugal. Na altura, o então Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) em Lisboa, onde Tenreiro se formara nos anos de 1940 e trabalhou desde 1959, era um bastião do lusotropicalismo e de académicos fiéis ao regime salazarista. Tenreiro conhecia Freyre pessoalmente e correspondeu-se com ele (CASTELO, 1999: 156). Ele enviou ao “Caríssimo Mestre” os seus trabalhos e ofereceu-lhe os seus “préstimos sobre tudo o que necessitar acerca da ilha de S. Tomé”.¹² Contudo, Tenreiro não tinha sido sempre um homem próximo de simpatizantes do regime. Ao contrário, como jovem estudante em Lisboa, Tenreiro mantinha relações de amizade com estudantes africanos que, mais tarde, seriam conhecidos nacionalistas africanos e líderes da luta armada contra o colonialismo português.¹³

¹¹ Henriques (1987) refuta a tese de Tenreiro sobre a escravatura em São Tomé.

¹² Devo este documento a Cláudia Castelo que encontrou o original no Arquivo Documental Gilberto Freyre, da Fundação Gilberto Freyre,

¹³ Sobre a vida e carreira profissional de Tenreiro ver Gerhard Seibert, 2010, Francisco José Tenreiro: o homem além do poeta, em MATA, Inocência (Org.), *Francisco José Tenreiro. As Múltiplas Faces de um intelectual*,

Tenreiro nasceu em 20 de janeiro de 1921, em São Tomé, filho de um português administrador de roça e de uma trabalhadora angolana. Muito cedo, aos dois anos, por decisão do pai, Tenreiro foi mandado para Lisboa onde uma irmã mais velha do pai cuidou dele e dos seus cinco irmãos. Na capital portuguesa, Tenreiro frequentou a escola primária e a secundária. Por volta de 1940, iniciou os cursos de Farmácia e Medicina na Faculdade de Ciências de Lisboa. Foi como estudante universitário que descobriu o seu interesse pela poesia e por África. Devido à sua condição de mestiço e às discriminações raciais que sofreu desenvolveu afinidades sentimentais com as culturas negras e a sua ilha natal, onde vivia a sua desconhecida mãe negra que só conheceria pessoalmente muito mais tarde. Interessado na condição dos negros e na poesia, sentia-se atraído pelos poetas afro-americanos da Harlem Renaissance (1920-1935) e seguia as actividades do movimento literário pan-africanista *Negritude*, que emergiu em Paris entre escritores francófonos de África e das Caraíbas nos anos de 1930.

Como estudante da Faculdade de Ciências, em 1942, aos 21 anos, Tenreiro publicou *A Ilha de Nome Santo*, considerado a primeira poesia de *Negritude* publicada em português. Em 1944, Tenreiro abandonou a Faculdade de Ciências e, nos quatro anos seguintes, frequentou o Curso Superior Colonial da então Escola Superior Colonial, onde podia aprofundar o seu interesse por África. Em 1947, ano em que Tenreiro começou a frequentar o curso de Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa, Orlando Ribeiro (1911-1997), o seu professor de geografia, nomeou-o seu secretário, para o ajudar a organizar o 16º Congresso Internacional de Geografia em Lisboa, em 1949. Depois do congresso participou ainda, como geógrafo, na Missão Geográfica da Guiné (1949/1950). Em Junho 1950, Tenreiro que, casado com uma portuguesa desde 1947, tinha de sustentar mulher e filhos, interrompeu a sua carreira de geógrafo por razões financeiras, empregando-se como funcionário no Ministério do Ultramar onde exerceu o cargo de terceiro oficial do quadro administrativo. Ao mesmo tempo continuou os seus estudos em geografia.

Ainda em 1950, Tenreiro juntou-se à Casa dos Estudantes do Império (CEI), uma associação estudantil ultramarina, fundada pelo regime salazarista, em 1944, para reunir estudantes oriundos das colónias. A CEI tornou-se o ponto de encontro dos estudantes africanos nacionalistas, na altura umas vinte pessoas, chegadas a Portugal depois de 1945. Ali,

Lisboa, Edições Colibri, 117-144, e os outros textos publicados neste livro alusivo ao 90º aniversário de nascimento de Francisco José Tenreiro.

Tenreiro conheceu futuros nacionalistas africanos como Amílcar Cabral (Guiné, 1924-1973), Mário Pinto de Andrade (Angola, 1928-1990), Agostinho Neto (Angola, 1922-1979) e Alda Graça Espírito Santo (São Tomé, 1921-2010). Em outubro de 1951, com estes e outros estudantes africanos, Tenreiro participou na criação do Centro de Estudos Africanos (CEA), que, durante de cerca de dois anos e meio era um ponto de encontro e espaço de debate dos jovens nacionalistas africanos em Lisboa. Uma das iniciativas resultantes desta consciencialização cultural e política dos jovens africanos foi, em 1953, a publicação do caderno *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, por Pinto de Andrade e Tenreiro. Ao contrário dos seus amigos, porém, Tenreiro não se envolveu nas actividades políticas que o grupo desenvolveu gradualmente para não pôr em risco a sua vida familiar e a carreira académica em Lisboa (MACEDO, 2005: 330). O CEA cessou as suas actividades definitivamente em abril de 1954, numa altura em que a maioria dos seus ativistas já tinha saído de Portugal (SOUSA, 2011: 157). Amílcar Cabral foi à Guiné em setembro de 1952. No mesmo ano, Alda Graça Espírito Santo regressou a São Tomé. No ano seguinte, o moçambicano Marcelino dos Santos saiu de Lisboa para Paris, aonde também foi Mário Pinto de Andrade, em 1954 (SOUSA, 2011: 164). Depois do fim do CEA, politicamente Tenreiro afastou-se cada vez mais dos antigos amigos africanos.

Em outubro de 1955, ele deixou o quadro administrativo do Ministério do Ultramar. Nessa altura, depois de Tenreiro ter concluído os seus estudos em geografia, Orlando Ribeiro nomeou-lhe assistente no Departamento da Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde permaneceu até à sua morte prematura. Entre 1956 e 1958 Tenreiro foi anualmente, durante três meses, a São Tomé, efectuando o trabalho de campo para a sua tese de doutoramento em geografia, orientada por Orlando Ribeiro. Foi, aliás, durante a primeira estadia em São Tomé, em 1956, aos 35 anos, que Tenreiro, desde a sua saída aos dois anos, viu pela primeira vez a sua própria mãe (RIBEIRO, 1981: 30). Na mesma altura, em 1956, os seus ex-companheiros Cabral e Neto fundaram o Partido Africano da Independência de Cabo Verde e Guiné (PAICG) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) respetivamente.¹⁴ Em outubro de 1959 Tenreiro começou a lecionar também no ISEU para onde foi levado por Adriano Moreira (*1922), ex-diretor deste instituto e posterior Ministro

¹⁴ Segundo a cronologia oficial destes partidos. Provavelmente em 1956 existiam apenas grupos de nacionalistas nas duas colónias, mas ainda não os dois movimentos com estas designações, pois se trata de uma data que foi reclamada posteriormente pelos nacionalistas devido a direitos de primogenitura, o que era importante para obter apoios externos (Tomás 2007: 107).

do Ultramar (1961-1962) (TENREIRO, 1967: 9). Em novembro de 1961, Tenreiro doutorou-se em geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a tese *A Ilha de São Tomé*. Ainda hoje a leitura da sua monografia é considerada indispensável para quem que está interessado em São Tomé. Contudo, o conteúdo do livro reflete inevitavelmente também a mudança pessoal do pensamento político de Tenreiro, desde o fim do CEA, assim como o contexto ideológico da sua publicação durante o regime salazarista. Eyzaguirre (1986: 32) confirma que certas conclusões de Tenreiro “can only reflect the pressures of censorship and the repressive conditions of the Portuguese dictatorship in Africa”.

Como referido, ao contrário dos seus colegas africanos do CEA, Tenreiro não se radicalizou politicamente e muito menos optou pela luta armada contra a dominação colonial portuguesa. Tenreiro não só recusou integrar-se nas fileiras dos nacionalistas africanos, como se comprometeu com o Estado Novo (1933-1974). Em 1958, o ano em que Cabral e Neto fundaram o Movimento Anti-Colonialista (MAC),¹⁵ Tenreiro tornou-se deputado da União Nacional, então o único partido legal, pelo círculo de São Tomé e Príncipe na Assembleia Nacional salazarista (CRUZ & PINTO, 2005: 695). Ele permaneceu no parlamento onde fez parte da Comissão do Ultramar, como vogal, durante a VII legislatura de 1958-1961 e a seguinte, até à sua morte. O escritor angolano Edmundo Rocha julga que “ao recusar-se a prosseguir na luta dos seus companheiros, colocou-se no sentido contrário aos ventos da História, tendo vindo a colaborar e a apoiar a política colonial portuguesa, tanto na sua cátedra, e também como deputado da União Nacional e, mais tarde, na Assembleia das Nações Unidas, onde se deslocou em representação e apoio do sistema repressor do seu próprio povo”(ROCHA, 2010: 45).

Supostamente, Tenreiro deixou-se levar pelas promessas liberalizantes de Marcelo Caetano (1906-1980), professor de Direito e, em 1968, sucessor de Salazar, numa altura em que queria também solidificar a sua carreira universitária que teria visto tremida (LARANJEIRA, 1985: 427). De facto, Tenreiro aceitou o convite para se tornar deputado numa altura em que era assistente da Faculdade de Letras, onde estava a trabalhar na sua tese de doutoramento. Contudo, esta decisão teria sido um dos dois momentos mais difíceis na

¹⁵ Durante a Conferência dos Escritores e Artistas Negros em Roma em 1959, Frantz Fanon (1925-1961), o revolucionário da Martinica, recomendou o levantamento da luta armada simultaneamente em Angola e Moçambique. Na II Conferência Pan-Africana dos Povos em Tunes, em janeiro de 1960, o MAC foi transformado em Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), que depois abriu um escritório em Conacri (Guiné).

vida de Tenreiro.¹⁶ Ribeiro (1981: 150) afirma que Tenreiro era “inconformista mesmo quando aceitou a perigosa posição política de deputado pela União Nacional”. Ele era o único ‘negro’ entre os 120 deputados, pois os deputados por Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique eram todos brancos. Para o regime salazarista Tenreiro servia para mostrar ao mundo que Portugal era uma sociedade multi-racial, onde um africano podia ser deputado. Por seu lado, Tenreiro nunca questionou o direito de Portugal de manter o seu império colonial. Reagindo a pressões das Nações Unidas a favor da descolonização, em outubro de 1958, Tenreiro defendeu a posição do regime salazarista, numa intervenção na Assembleia Nacional:

...Compreende-se assim que o Português não se canse de falar da forte unidade entre todas as parcelas territoriais; que considere as províncias ultramarinas e as gentes mais remotas como portuguesas e continue a ser acérrimo defensor da assimilação dentro de uma comunidade de sentimento e espírito. Nenhum outro país colonizador pode tomar posição semelhante, e nisto reside a originalidade do caso nacional.¹⁷

Nos fins de 1963, Tenreiro recebeu e aceitou um convite do regime de assumir a pasta do secretário da educação do governo provincial de Luanda, um cargo de quatro anos renováveis. Contudo, não chegou a ocupar o cargo, pois sofreu uma hemorragia cerebral que lhe vitimou, aos 42 anos, em casa em Lisboa, na noite de 31 de dezembro de 1963.¹⁸

Conclusão

O percurso da vida e carreira profissional de Francisco Tenreiro sugere que certas afirmações sobre a escravatura e a resistência de escravos em *A Ilha de São Tomé* se baseiam mais no contexto político-ideológico dos anos 1960 em Portugal do que em fatos históricos. No contexto da época, Tenreiro tinha de fazer compromissos com o regime para poder percorrer a sua carreira académica prometedora que, de repente, foi interrompida pela sua morte subita e prematura em 1963. Reclamando que não tinha existido a escravidão pura em São Tomé, mas uma espécie de servidão Tenreiro apoiou a tese dominante do regime

¹⁶ Informação verbal de Ilídio do Amaral, 19 de maio de 2010.

¹⁷ Assembleia Nacional, VII Legislatura, Sessão 58, 28 de outubro de 1958.

¹⁸ Informação verbal de Raquel de Brito, Lisboa, 25 de novembro de 2007.

salazarista de uma alegada brandura portuguesa na história das relações com africanos para defender a presença portuguesa em África numa altura em que as outras potências europeias concederam às suas colónias a independência. Devido à suposta inexistência da escravidão em São Tomé, Tenreiro reinventou a história transformando a célebre revolta dos escravos de 1595 em assalto dos angolares. O mito do rei dos angolares tem diminuído e obscurecido a verdadeira dimensão histórica de Amador, como comandante de uma das maiores revoltas escravas da história da escravatura. Do mesmo modo, a tradição oral do naufrágio negou aos angolares a sua história de resistência à escravatura através da fuga das plantações.

Hoje em dia, todos os historiadores de São Tomé e Príncipe aceitam que Amador nunca era o chefe dos angolares. Em 1972, Robert Garfield (1992: 138) escreve na sua tese de doutoramento *A History of São Tomé Island 1470-1655* que “Amador and his followers were certainly not Angolars, as has sometimes been asserted”. No seu livro *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*, Isabel Castro Henriques (2000: 117) opina: “Não podemos deixar de verificar que esta tradição [Amador, rei dos angolares] limita a função majestática de Amador, designado nos documentos quinhentistas como rei da ilha de São Tomé...Esta amputação da dimensão do poder de Amador – de Rei da Ilha a Rei dos Angolares -, consagrada na tradição santomense, constitui um dos fenómenos mais perturbadores da História de São Tomé e Príncipe.” Caldeira (2006:73) conclui que “a tantas vezes repetida lenda de Amador como chefe angular não tem, portanto, qualquer fundamento”. Também autores são-tomenses partilham esta conclusão. Carlos Neves e Nazaré Ceita (2004:17) não duvidam que Amador fosse o líder dos escravos: “O estado de conflitualidade entre estas autoridades manteve-se por longo tempo, até que em julho de 1595, Amador, um dos escravos afetos ao partido do bispo, tirando proveito da agitação social reinante, decide liderar uma revolta de escravos.” Izequiel Batista de Sousa (2008: 167) concorda que “Contrairement à ce qu’affirme l’historiographie de São Tomé, Amador n’est pas issu de la communauté des macambos ni angular d’origine”.

Referências

ALMEIDA, António de. *Da origem dos Angolares habitantes da Ilha de S.Tomé*. Separata das "Memórias", Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa. 1962.

- AMBRÓSIO, António. *Manuel Rosário Pinto (A sua vida)*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. 1970
- ARAÚJO E AZEVEDO, Lucas Pereira de, 1978, *Memórias da Ilha de Sam Thomé*. São Tomé: Museu Nacional de São Tomé e Príncipe 1978.
- BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental (1570-1599)*, vol. III, Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1953
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. Tráfico de escravos e conflitualidade: o arquipélago de São Tomé e Príncipe e o reino do Congo durante o século XVI. *Ciências & Letras. História da África: do continente à diáspora*, n.44, 2008. pp. 55-76.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Manuel do Rosário Pinto. Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*. Lisboa, Centro de História de Além-Mar. 2006.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. Rebelião e outras Formas de Resistência à Escravatura na Ilha São Tomé (Séculos XVI a XVIII), *Africana Studia* 7, 2004. pp. 101-136.
- CASTELO, Cláudia. “O Modo Português de estar no Mundo” *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento. 1999.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. Subsídios para o estudo dos "angolares" de S.Tomé, *Studia* 33, 1971. pp. 149-159.
- CRUZ, Manuel Braga da Cruz & PINTO, António Costa. *Dicionário Bibliográfico Parlamentar, 1935-1974 Vol. II*. Lisboa, Assembleia da República. 2005.
- DIAS, Alfredo Gomes e DINIZ, Augusto do Nascimento. Os Angolares: da autonomia à inserção na sociedade colonial (segunda metade do século XIX), *Ler História* 13, 1988. pp. 53-75.
- EYZAGUIRRE, Pablo B. *Small Farmers and Estates in São Tomé, West Africa*. tese de doutoramento inédita, New Haven, Yale University. 1986.
- FERRAZ, Luiz Ivens. The Liquid in the Gulf of Guinea Creoles, *African Studies* (Joannesburgo) (46) 2, 1987. pp. 287-295.
- FERRAZ, Luiz Ivens. A Linguistic Appraisal of Angolar, em *Memoriam António Jorge Dias II*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1974.

- GARFIELD, Robert. *The history of São Tomé Island 1470 -1655. The Key to Guinea*. San Francisco, Mellen Research University Press. 1992 [1972].
- GONÇALVES, Manuel Joaquim Sobral. Angolares, *Geographica. Revista da sociedade de Geografia de Lisboa* (IX) 34, 1973. pp. 77-94.
- GREEF, Richard, Die Angolares-Neger der Insel São Thomé II, 1882, *Globus. Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde* (XLII) 24: 375-378.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*. Lisboa, Vega. 2000.
- HENRIQUES, Isabel Castro, Ser Escravo em S.Tomé no Século XVI: Uma outra Leitura de um Mesmo Quotidiano. *Revista Internacional de Estudos Africanos* 6 & 7:167-176.
- LAINS E SILVA, Hélder, *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar. 1958.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. “Francisco José Tenreiro a Preto e Branco – II”. *Les Litteratures Africaines de Langue Portugaise. Actes du Colloque International. Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984. pp. 423-427.
- LIMA, José Joaquim Lopes de. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental, na China e na Oceania*. Livro II, Parte I. Lisboa, Imprensa Nacional. 1844.
- MACEDO, Fernando de. “Francisco José Tenreiro”, em CRISTOVÃO, Fernando (Org.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Cacém, Texto Editores, 2005. pp. 330-331.
- MATA, Inocência (Org.), *Francisco José Tenreiro. As Múltiplas Faces de um intelectual*, Lisboa, Edições Colibri. 2010
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores Arquivo Nacional. 1963
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica. Ilhas de S.Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó*. 4ª edição, S.Tomé, Imprensa Nacional. 1916 [1842].
- NEGREIROS, António Almada, *História Etnográfica de S. Thomé*, Lisboa. 1895.
- NEVES, Carlos Agostinho das. *S.Tomé e Príncipe na Segunda Metade do Séc. XVIII*, Funchal, Região Autónoma da Madeira. 1989.

NEVES, Carlos Agostinho das Neves & CEITA, Maria Nazaré. *História de S.Tomé e Príncipe. Breve Síntese*. São Tomé. 2004.

NOGUEIRA, A.F. *A Ilha de S.Tomé. A Questão Bancária no Ultramar e o Nosso Problema Colonial*, Lisboa. 1893.

RIBEIRO, Orlando. *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa de Moeda. 1981.

ROCHA, Edmundo. Francisco José Tenreiro, o poeta dos dois destinos, em MATA, Inocência (Org.), *Francisco José Tenreiro. As Múltiplas Faces de um Intelectual*, Lisboa, Edições Colibri, 2010. pp. 41-45.

SANTOS, Catarina Madeira, 1996, A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI, *Studia* 54/55, 1996. pp. 51-91.

SEIBERT, Gerhard. Francisco José Tenreiro: o homem além do poeta, em MATA, Inocência (Org.), *Francisco José Tenreiro. As Múltiplas Faces de um intelectual*, Lisboa, Edições Colibri, 2010. pp. 117-144.

SOUSA, Izequiel Batista de Sousa. *São Tomé et Príncipe de 1485 à 1755: Une Société Coloniale Du Blanc au Noir*. Paris, L'Harmattan. 2008.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e Morte de um Revolucionário Africano*, Lisboa, Nova Vega. 2011

TENREIRO, Francisco, *A Ilha de São Tomé*, Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

TENREIRO, Francisco José, *Obra Poética*, Lisboa, 1967

VASCONCELLOS, Ernesto J. de C. e, *S.Tomé e Príncipe. Estudo Elementar de Geografia física, económica e política*, Lisboa, 1918.

Recebido em: 13/09/2012. Aceito em: 09/10/2012.